



A ética como efeito de discurso: conflitos morais e posições de sujeito nas redações jornalísticas¹

Alcemar Dionet de ARAUJO²

Centro Universitário da Faculdade Assis Gurgacz (FAG)

Resumo: O trabalho discute os conflitos morais enfrentados pelos jornalistas nas redações contemporâneas, examinando os efeitos de sentido produzidos pelos discursos sobre ética e moral no exercício profissional. A partir da Análise de Discurso de linha francesa, busca-se compreender o funcionamento discursivo desses conflitos, observando como o sujeito-jornalista se constitui nas contradições entre o ideal de imparcialidade e as condições de produção marcadas por determinações institucionais e econômicas. O corpus é formado por enunciados de jornalistas em entrevistas e reportagens sobre dilemas éticos, analisados à luz dos conceitos de memória discursiva, formações ideológicas e posições-sujeito. O estudo mobiliza contribuições de Pêcheux e Orlandi, articulando-as à discussão sobre ética jornalística proposta por Kovach e Rosenstiel, Traquina e Genro Filho. Os resultados apontam que o discurso ético do jornalista funciona como espaço de disputa de sentidos, atravessado por formações contraditórias que sustentam, de um lado, a imagem do sujeito autônomo e, de outro, sua inscrição nas determinações institucionais da mídia. Conclui-se que compreender tais conflitos implica considerar o funcionamento ideológico que estrutura o campo jornalístico e as condições materiais que produzem deslocamentos no dizer ético.

Palavras-chave: Análise de Discurso; Ética jornalística; Conflito moral; Sujeito.

1. EFEITO-INÍCIO

O jornalismo constitui um espaço discursivo em que as noções de verdade, imparcialidade e responsabilidade se apresentam como fundamentos simbólicos da prática profissional. Esses valores, historicamente estabilizados, compõem uma memória

¹Resumo expandido apresentado no GP Ensino de Ética e de Teorias do Jornalismo, no VIII Encontro Regional Sul de Ensino de Jornalismo (Erejor Sul).

² Doutor em Letras. Professor dos cursos de Comunicação do Centro Universitário FAG. Análise de Discurso; Discurso político; Linguagem; Comportamento. E-mail: alcemar.araujo@gmail.com.



discursiva que sustenta a imagem do jornalista como sujeito comprometido com o interesse público. No entanto, tal imagem se inscreve em condições de produção atravessadas por lógicas empresariais, tecnológicas e políticas que tensionam o exercício ético do ofício. O discurso jornalístico, produzido sob a forma de objetividade, apaga as determinações ideológicas que o sustentam e naturaliza as condições históricas de sua constituição.

Neste cenário, o conflito moral do jornalista não se reduz à dimensão individual, mas se manifesta como efeito das contradições entre diferentes formações discursivas que disputam o sentido da ética na prática cotidiana das redações. Ao se deparar com dilemas relativos à hierarquia editorial, à escolha das pautas, ao tratamento das fontes e à relação com os interesses econômicos, o sujeito-jornalista é interpelado por discursos que o colocam simultaneamente como agente de verdade e como trabalhador submetido às condições de mercado.

O presente estudo tem como problema de pesquisa a questão: quais são os efeitos de sentido produzidos pelos discursos dos jornalistas diante dos dilemas éticos nas redações contemporâneas? O objetivo é compreender, sob a perspectiva da Análise de Discurso de linha francesa, o modo como esses conflitos se materializam na linguagem e produzem posições-sujeito marcadas pela tensão entre a autonomia idealizada e a determinação institucional. Trata-se, portanto, de examinar como a ética, ao ser dita, se transforma em espaço de disputa, deslocando-se entre o que o sujeito enuncia como dever moral e o que suas condições de produção o autorizam a dizer.

2. O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DA ÉTICA

A perspectiva discursiva pecheuxtiana oferece um modo de compreender a ética jornalística que ultrapassa a concepção normativa do comportamento profissional. Em Michel Pêcheux (2009), o discurso é concebido como efeito de sentidos entre interlocutores, atravessado por formações ideológicas que determinam o que pode ser dito e o modo como se diz. Essa compreensão desloca o foco do sujeito consciente e intencional para o sujeito interpelado pela ideologia, cujos dizeres são produzidos sob condições materiais e históricas específicas.



A partir desse ponto de vista, o discurso ético do jornalismo não é uma expressão transparente de valores universais, mas um espaço de produção de sentidos em disputa. A ética se torna, assim, um objeto discursivo constituído no cruzamento de formações ideológicas distintas: de um lado, a que sustenta o ideal de neutralidade e compromisso com a verdade, e de outro, a que organiza o trabalho jornalístico como prática inserida na lógica do capital. Essas formações não coexistem harmonicamente. Produzem contradições que atravessam o sujeito-jornalista, determinando os modos pelos quais ele se posiciona diante dos dilemas morais que o interpelam.

Orlandi (2015) enfatiza que o discurso é espaço de materialização da ideologia, onde a memória discursiva opera como um arquivo vivo do já-dito, sustentando e limitando os sentidos possíveis. Essa memória é o que permite ao sujeito-jornalista se reconhecer na imagem de guardião da verdade e, ao mesmo tempo, o que o aprisiona em uma posição de responsabilidade idealizada. O discurso sobre ética, ao reinscrever essa memória, repete e desloca sentidos, produzindo efeitos que oscilam entre a reafirmação do imaginário profissional e a crítica às condições que o inviabilizam.

Os enunciados sobre ética jornalística carregam o peso dessa memória. Quando o jornalista afirma que “precisa ser ético”, ele não enuncia apenas uma norma de conduta, mas reinscreve-se em um campo de sentidos historicamente constituído, onde a ética é sinônimo de credibilidade e legitimidade social. Essa inscrição, contudo, ocorre sob condições que fragilizam esse mesmo ideal, pois as redações, submetidas às pressões do mercado e à velocidade das plataformas digitais, impõem modos de produção que desafiam a própria noção de responsabilidade moral.

Pêcheux (1997) já indicava que a ideologia opera apagando as contradições que a sustentam. No caso do discurso jornalístico, o apagamento se manifesta na evidência da objetividade, que naturaliza a crença na neutralidade do sujeito. O efeito de evidência faz parecer que o jornalista é fonte autônoma do sentido, quando, na verdade, sua posição é constituída por determinações que escapam à sua consciência. Assim, ao dizer-se ético, o sujeito reafirma a ideologia que o interpela, ao mesmo tempo em que deixa entrever as fissuras que marcam sua prática.

A ética, portanto, funciona discursivamente como lugar de tensão entre o que se deseja dizer e o que é possível dizer. Ela não é um conjunto de valores externos ao discurso, mas um funcionamento ideológico que organiza o campo do jornalismo e define



as fronteiras do dizer legítimo. Genro Filho (1987) contribui para essa compreensão ao situar o jornalismo como prática social atravessada pelas relações de poder do capital. A ética, nesse sentido, torna-se também uma materialidade política, pois exprime a forma pela qual o sujeito-jornalista se relaciona com sua posição no processo de produção da notícia.

Traquina (2005) e Kovach e Rosenstiel (2004) identificam no discurso ético do jornalismo uma dupla função: garantir a confiança do público e assegurar a identidade profissional. Essa função simbólica reforça o vínculo entre ética e autoridade discursiva, produzindo um efeito de verdade sobre o dizer jornalístico. A análise discursiva, contudo, permite compreender que esse efeito não é natural, mas resultado de um processo histórico de institucionalização, que transforma o discurso ético em dispositivo de regulação e legitimação.

Nessa direção, pensar o funcionamento discursivo da ética é pensar o jornalismo como campo atravessado por contradições ideológicas, em que o sujeito é simultaneamente produto e produtor de sentidos. A ética não é, portanto, um princípio universal, mas uma construção histórica e discursiva que se atualiza nas práticas e nas condições de produção de cada época. É nesse espaço de contradições que se inscrevem os conflitos morais enfrentados pelos profissionais nas redações contemporâneas.

3. GESTO METODOLÓGICO

A pesquisa é qualitativa, de natureza teórico-analítica, ancorada na Análise de Discurso de linha francesa. O corpus é composto por enunciados de jornalistas retirados de entrevistas publicadas em portais especializados, matérias de veículos de imprensa e textos de opinião que abordam dilemas éticos no exercício profissional. A seleção considera as condições de produção, privilegiando situações em que os profissionais explicitam tensões entre as normas éticas e as demandas institucionais.

A análise segue os procedimentos indicados por Orlandi (2015), que envolvem a observação da materialidade linguística, a identificação das formações discursivas e o exame dos deslocamentos de sentido que se produzem entre o dito e o não dito. A leitura do corpus buscou compreender como as contradições entre ética e mercado se materializam no discurso e como o sujeito-jornalista se inscreve nessas formações.



4. PERCURSO ANALÍTICO-DISCURSIVO

A análise confirmou que o discurso ético do jornalista se estrutura como um campo de disputas entre formações discursivas antagônicas. De um lado, o sujeito-jornalista se ancora na memória da imparcialidade, sustentando a imagem de si como mediador da verdade e guardião do interesse público. De outro, emerge a inscrição do sujeito nas condições materiais de produção, que o colocam diante de dilemas entre o ideal moral e as exigências institucionais.

Os enunciados analisados demonstram que a ética é mobilizada tanto como elemento de resistência quanto como forma de manutenção da ordem discursiva. Quando o jornalista denuncia a interferência empresarial, ele se inscreve em uma posição que tenta deslocar o discurso dominante, produzindo efeitos de sentido de contestação. Entretanto, quando afirma que “a imparcialidade é o que garante a credibilidade do jornalismo”, reinscreve-se na formação discursiva que sustenta a evidência da objetividade e apaga as condições históricas de produção do seu dizer.

Essa tensão entre deslocamento e repetição pode ser pensada à luz do que Pêcheux (2009) denomina de funcionamento contraditório das formações discursivas, nas quais o sujeito não é livre para dizer qualquer coisa, mas tampouco é inteiramente determinado. Há um jogo de deslocamentos que produz brechas de sentido e, nessas brechas, a possibilidade de resistência. Quando o jornalista fala de ética, ele ocupa uma posição atravessada pela memória institucional do jornalismo moderno e, ao mesmo tempo, pelas condições materiais que o convocam a repensar o seu papel. O dizer ético, nesse funcionamento, carrega o peso da repetição, mas também a possibilidade de deslocamento, pois o sujeito se move entre o já-dito e o a-dizer.

Nesse ponto, a reflexão de Orlandi (2015) sobre o silêncio como constitutivo do discurso é pertinente. O que o jornalista não diz (o não-dito) produz sentidos tão determinantes quanto o que é enunciado. O silêncio diante das pressões econômicas ou da censura interna não é ausência de discurso, mas parte do funcionamento do dizer, sinalizando o lugar da ideologia na produção da ética. O sujeito, ao silenciar, inscreve-se em uma formação discursiva que regula o que pode e o que não pode ser dito sob a forma do ético. Esse silêncio, longe de ser neutro, revela o modo como a instituição jornalística delimita o campo da enunciação e estabiliza o discurso sobre moralidade profissional.



Essa oscilação demonstra o funcionamento contraditório do discurso ético: ele é, ao mesmo tempo, espaço de reprodução e de ruptura. O sujeito, ao falar da ética, faz circular sentidos que o ligam à ideologia profissional e que também o expõem à tensão entre o que deseja enunciar e o que lhe é permitido. A análise mostra que essa contradição não é falha do discurso, mas seu próprio modo de existir.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados indicam que os conflitos morais enfrentados pelos jornalistas resultam das contradições entre as formações discursivas que sustentam o campo jornalístico. A análise permitiu compreender que o sujeito-jornalista é atravessado por forças ideológicas que o constituem como responsável pelo discurso da verdade, mas o inscrevem em condições de produção que limitam sua autonomia. O discurso ético, nesse sentido, opera como espaço de disputa e de regulação, sustentando a ordem simbólica do jornalismo e, ao mesmo tempo, revelando suas fissuras.

Refletir sobre esses conflitos implica reconhecer a historicidade do dizer jornalístico e a necessidade de repensar o lugar do sujeito no interior das instituições midiáticas. A ética, quando pensada discursivamente, deixa de ser um conjunto de normas e passa a ser compreendida como efeito de práticas de linguagem produzidas sob condições determinadas. O estudo aponta, por fim, para a importância de ampliar as investigações sobre as materialidades discursivas da ética no jornalismo e sobre os modos de resistência que emergem nas brechas das condições de produção.

REFERÊNCIAS

- GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987.
- KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**: o que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo: Geração Editorial, 2004.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 5. ed. Campinas: Pontes, 1997.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005.